

Temerário jogo climático

José Eli da Veiga

Valor - sexta, 29 de outubro de 2021, p. A23

Não há muito o que esperar da 26^a conferência da convenção sobre mudanças climáticas (CoP26), excepcionalmente engatada à 16^a cúpula do melhor arranjo de governança global (G20). Repórteres, com ótimas fontes nestes dois labirintos diplomáticos, não vislumbram louváveis avanços.

É nula a expectativa de que alguma das decisões venha, ao menos, a flertar com o que realmente importaria para a descarbonização. Nenhuma iniciativa básica, como proibição de subsídios a toda e qualquer energia fóssil, banimento do uso de carvão ou imediata cessação dos desmatamentos.

Em vez do imprescindível, os dois conclaves se voltarão a promessas de mais financiamentos a projetos de adaptação e a algum impulso à precificação do carbono. Mas, que agrade, antes de tudo, aos agentes mais interessados no comércio de autorizações para emissões de dióxido de carbono, metano e demais gases de efeito estufa (GEE).

Conforme o Banco Mundial, não passam de 24 os mecanismos de “carbon crediting”, devido à falta de regulamentação do famigerado Artigo 6 do Acordo de Paris. A maior torcida, então, é para que não se reproduza, em Glasgow, vexame similar aos das últimas CoPs, de Marrakech, Bonn, Katowice e Madri.

O suprassumo da ironia é que a melhor maneira de precificar o carbono - a tributação - sequer faz parte da pauta de negociações, apesar de ter sido proposta, desde os anos 1970, ainda na pré-história da formação de consenso científico sobre o impacto dos GEE. Em trabalhos do pioneiro economista William D. Nordhaus, prêmio Nobel de 2018.

Esta é a tragédia que está no cerne do imbróglio climático. Uma taxa-carbono sobre o consumo jamais poderia ter sido substituída por complementares trocas de permissões entre as grandes empresas emissoras do setor produtivo. Mas foi exatamente esta a opção institucional selecionada ao longo das últimas três décadas.

Se a racionalidade econômica é contrariada, com tanta força, por importante e longa dinâmica decisória, é preciso pedir socorro ao poder explicativo das disciplinas científicas, habitualmente mobilizadas para interpretá-las. Alguma luz vem, com certeza, da ciência política. Mas bem insuficiente. Melhor parece ser a psicologia que engendrou o recente ramo da “economia comportamental”.

É neste contexto que deve ser avaliada uma das principais teses do mais recente livro de Robert H. Frank, professor de Cornell e colunista do New York Times. Em *Under the Influence* (Princeton, 2020), ele faz questão de repetir dezenove vezes o que chama de “a mãe de todas as ilusões cognitivas”. O conjunto dos

eleitores, mas especialmente os do andar de cima (“*prosperous*”), acreditam que arcar com impostos mais altos os impediria de comprar o que mais querem.

Esta é a crença prevalente, até entre opulentos eleitores que, em nome do bem comum, desejam ser mais tributados. Muitíssimo mais numerosos são, claro, os que abominam a ideia de que investimentos públicos adicionais viriam a compensar os sacrifícios pessoais que supõem inevitáveis.

Frank diz ter demorado muito a perceber que tal ilusão cognitiva se baseia na confusão entre o caráter absoluto e relativo da renda disponível. E que, para enfrentar o desafio do aquecimento global, seria necessário que muita gente deixasse de ver altos tributos como inevitável causa de dolorosos sacrifícios.

Mas ele também enfatiza, por outro lado, o fenômeno do “contágio comportamental”. Garante que é este gênero de imitação dos pares que está fazendo tanta gente instalar painéis solares nos telhados de suas casas, comprar carros elétricos, ou aderir ao consumo responsável, mudando até de dieta. Do mesmo jeito que muitos milhões andaram parando de fumar.

Então, caso Frank não esteja redondamente enganado, o mais provável é que a descarbonização venha a resultar da coevolução de dois lentíssimos movimentos. Por um lado, o que vem sendo puxado pela débil governança global, hostil à necessidade de tributar as emissões de GEE. Por outro, a morosa adoção social das inovações de transição energética.

Ninguém pode saber se tal conta fecha. Isto é, em que ritmo os eventos climáticos extremos tornarão catastróficas as próximas décadas, e com quais consequências econômicas e geopolíticas. Mas, se alguma certeza pode existir, ela diz respeito ao malefício do atual “me engana, que eu gosto”: a promessa de futura “neutralidade carbono”, ou “net zero”. Cômодas saídas retóricas para os que não pretendem cortar emissões.

Inexistem métodos confiáveis para que sejam conferidas as estimativas de futuros efeitos da expansão da cobertura vegetal e, muito menos, de eficazes técnicas de sequestro. Hoje, nem 5% das chamadas compensações (“*offsets*”) ajudam a remover carbono da atmosfera.

Também, não é verdade que uma tonelada de carbono poupado corresponda a uma tonelada de carbono emitido, pois o comportamento do complexo climático não é simétrico, nem linear.

Ao menos para o CO₂, a resposta do ciclo clima-carbono a uma emissão negativa não é igual em magnitude, nem de sinal contrário, a uma equivalente emissão positiva. Detalhes na página A17 do *Valor* de 30/07/2021.

== =

José Eli da Veiga é professor sênior do Instituto de Estudos Avançados da USP: www.zeeli.pro.br